

Economia - Brasil “Nem superaquecimento nem risco de recessão”

Há consenso entre empresários em torno dos números de 1997

por Fátima Laranjeira e André Vieira
de São Paulo

Uma notável convergência de previsões foi a marca do seminário “Cenários da Economia Brasileira para 1997”, segundo o organizador, o economista Carlos Geraldo Langoni, diretor do Centro de Economia Mundial da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e ex-presidente do Banco Central (BC). O evento foi uma promoção conjunta da FGV e da Gazeta Mercantil.

“Ninguém apresentou cenários de crise ou de recessão”, disse no encerramento do evento. “Ao contrário de outros anos, há consenso em torno dos números para 1997, como do crescimento em torno dos 4%, que está abaixo do potencial da economia brasileira, em torno de 7% ou 8%, mas aceitável nas atuais circunstâncias”, disse.

Os empresários Félix de Bulhões, presidente da White Martins, e Paulo Villares, das Indústrias Villares, Luiz Lobão, da Coca-Cola, e José Luiz Miranda, do Banco Inter-Atlântico, previram que a inflação no próximo ano ficará abaixo dos 10% e que a defasagem cambial oscilará entre 10% e 15%.

“A dúvida é se é possível corrigir essa defasagem por vias indiretas, como a diminuição do Custo Brasil ou ganhos de produtividade”, disse Langoni. Para ele, o governo só pode corrigi-la com a reforma administrativa ou da Previdência. “Esse é o melhor momento, porque aí haverá um superávit primário em torno dos 2% do PIB, o que permitirá o aumento das exportações.”

Sem as reformas, a recuperação do câmbio será “módica”, diz Langoni, que calcula um déficit comercial entre US\$ 6 bilhões e US\$ 7 bilhões, com alguma recuperação das exportações em relação a este ano, motivada pelos novos financiamentos para o comércio exterior e pela diminuição dos impostos.

Para Paulo Villares, o conteúdo negativo do Plano Real está justamente no uso de mecanismos que dificultam o desenvolvimento da economia brasileira, como a valorização exagerada da moeda. “Isso causou danos às empresas e à balança comercial”, disse.

Ele não acredita que o governo terá de conduzir um processo de desaquecimento da economia no próximo ano, pois o esgotamento do ciclo de forte expansão do crédito poderá exercer esse papel.

“Não consigo enxergar um aumento da produção entre o início e o fim do próximo ano superior a 2% ou 3%, refletindo-se num aumento do PIB de 4%”.

Felix Bulhões, da White Martins, não vê motivos para o retorno da política do “stop and go”. “Controlar o consumo não resolve. O aumento das exportações

concorre com o crescimento da demanda no mercado doméstico e a ausência de um quadro institucional ou política industrial de incentivo permanente à exportação desestimula o ajuste da capacidade de produção das empresas para atender aos mercados doméstico e o de exportação”, disse.

Repensar o processo de financiamento é essencial para a estabilidade, na visão de Villares. Ele afirma que os setores que mais sofreram com a abertura precisam de apoio para fazer uma “reconversão”. Villares propõe a concessão de financiamentos a juros baixos – já que a taxa real, ao seu ver, cairá lentamente – para esses setores e que o governo use “excesso de receitas gerado por alíquotas concedidas” para financiar a reestruturação. “No caso do regime automotivo, bastaria alocar a diferença da alíquota de 70% dos automóveis e da alíquota normal para formar um fundo destinado à concessão de financiamentos, a taxas competitivas, para os setores mais pressionados pela mudanças.”

Na avaliação do presidente do Banco Inter-Atlântico, José Luiz Miranda, os bancos vão continuar se adaptando ao cenário de estabilidade.

“O ajuste não está completo”, disse. ■



Carlos Geraldo Langoni